

Geoestratégias sul-americanas: um debate sobre as reservas de recursos naturais no subcontinente

Vitor Stuart Gabriel de Pieri¹

Resumo

Identifica-se e sistematiza-se os principais recursos naturais estratégicos da América do Sul, segundo sua distribuição geográfica e grau de relevância do subcontinente em relação ao resto do mundo. São analisados brevemente documentos e planos nacionais de defesa dos países sul-americanos em relação à defesa de seus territórios e recursos naturais.

Palavras-chave: Recursos Naturais; América do Sul; Ativos Estratégicos.

Introdução

O artigo objetiva basicamente levantar, sistematizar e analisar as principais reservas de recursos naturais no subcontinente sul-americano, classificadas, no ano de 2009, como Ativos Estratégicos Comuns pela *Declaración de Asunción de los ministros de Defensa* sul-americanos.

É importante apontar que considera-se inviável tentar aprofundar os laços políticos entre os países da região, sem antes eliminar qualquer hipótese de conflitos, especialmente aquelas cujos recursos naturais estão no centro da disputa.

Portanto, a ideia central deste trabalho, consiste em refletir sobre até que ponto a política de defesa conjunta dos recursos naturais da região pode ser considerada um fator que favoreça o processo de integração política entre os países sul-americanos.

Levantamento e sistematização dos ativos estratégicos comuns

Nesta etapa do trabalho buscou-se sistematizar, quantificar e apontar os ativos estratégicos comuns presentes na América do Sul, comparando-os com a oferta global nos últimos dez anos. Para isso, estabeleceu-se quais são os

¹ Doutorando em Geografia UNICAMP. Professor do curso de Relações Internacionais - UNIP. Contato: vitorpieri@yahoo.com.br

principais recursos naturais na região e, a partir dos indicadores, buscou-se refletir sobre a distribuição e o grau de relevância do subcontinente em relação ao resto do mundo.

TABELA 1 – Oferta sul-americana de recursos naturais estratégicos

	POPULAÇÃO APROXIMADA EM 2010	ÁGUAS Volume (Km3 / ano)	FLORESTA (Mil. de hectáres (1000 Hás)	GAS (Trilhões de metros cúbicos)	MINÉRIO (Toneladas)	PETRÓLEO (bilhões de barris)	PESCA Peces, crustáceos, Moluscos, etc (Toneladas)	BIODIVERSIDADE plantas, mamíferos aves e répteis conhecidos (quantidade de espécies)
ARGENTINA	40.665.732	814	33021 (12.1 % TTN)	0.44 (0.2 % TM)	-	2.6 (0.2 % TM)	933902	10823
BOLÍVIA	10.030.832	623	58740 (54.2 % TTN)	0.77 (0.4 % TM)	-	-	7090	18911
BRASIL	190.755.799	8233	477698 (57.2 % TTN)	0.33 (0.2 % TM)	-	12.6 (1.0 % TM)	1008066	58333
CHILE	17.134.708	922	16121 (21.5 % TTN)	-	-	-	5028539	5761
COLOMBIA	46.300.196	2132	60728 (58.5 % TTN)	0.11 (0.1 % TM)	-	1.4 (0.1 % TM)	181072	53872
EQUADOR	13.774.909	424	10853 (39.2 % TTN)	-	-	3.8 (0.3 % TM)	486023	21432
GUIANA	761.442	241	15104 (76.7 % TTN)	-	-	-	53980	7290
PARAGUAI	6.459.727	336	18475 (46.5 % TTN)	-	-	-	23100	8832
PERÚ	29.496.120	1913	68742 (53.7 % TTN)	0.33 (0.2 % TM)	-	1.1 (0.1 % TM)	9416130	20606
SURINAME	524.345	122	14776 (94.7 % TTN)	-	-	-	40191	5952
URUGUAI	3.372.222	139	1506 (8.6 % TTN)	-	-	-	125953	2597
VENEZUELA	29.043.555	1233	47713 (54.1 % TTN)	4.84 (2.6 % TM)	-	99.4 (7.9 % TM)	492210	23019
TOTAL SUDAMÉRICA (sin Guayna Francesa e Islas Malvinas)	364.000000 (5.74% TM)	17132 (28 % TM)	823477 (47.7 % TTC) (20.83 % TM)	-	-	-	17308968 (12.24 % TM)	(Alrededor de 40 % del TM)
TOTAL AMÉRICA LATINA	-	-	924163 (44.96% TTR)	-	61503 (Alrededor de 24 % del TM)	-	-	-
TOTAL MUNDIAL (TM)	6.335.000000 (100% TM)	Aprox. 61185 (100%)	3952025 (29.45 % TTM)	185.02 (100 % TM)	248089 (100 % TM)	1258.0 (100 % TM)	141403138 (100 % TM)	-

TM – TOTAL MUNDIAL, TTN – TOTAL DO TERRITÓRIO NACIONAL (ocupado por florestas), TTC – TOTAL DO TERRITÓRIO CONTINENTAL (ocupado por florestas), TTR – TOTAL DO TERRITÓRIO REGIONAL (ocupado por florestas), TTM – TOTAL DO TERRITÓRIO MUNDIAL (ocupado por florestas).

Elaboração própria.

É importante apontar que os dados e indicadores trabalhados na Tabela 1, provem de diversas instituições e organizações, portanto possuem variadas datas e metodologias de produção e contabilização.

É interessante observar que para muitos países da região, os recursos naturais apontados são responsáveis por grande parte das contas nacionais, por exemplo, o cobre no Chile e o petróleo na Venezuela, tem claramente um peso muito maior na economia interna destes países do que representação no total mundial ou regional.

Numa muito breve interpretação da Tabela 1, pode-se dizer que a América do Sul destaca-se na concentração de alguns recursos naturais que possuem uma relação mais direta com respeito ao tamanho territorial, ao grau de ocupação do território, à preservação natural e à dimensão da biodiversidade.

A reserva de água é um dos recursos naturais da América do Sul, que tem um peso bastante importante no cenário mundial. Responsável por aproximadamente 28% do total mundial de recursos hídricos superficiais e subsuperficiais, onde destacam-se reservas como o Aquíferos Guarani e Alter do Chão, os rios da Região Amazônica e as Geleiras continentais no sul dos Andes.

Já ao analisarmos a concentração de florestas, o continente sul-americano reúne aproximadamente 29,45% das reservas florestais do mundo. Desse total, grande parte, são reservas localizadas em zonas de clima tropical e equatorial, com uma importante quantidade de espécies animais e vegetais que correspondem a cerca de 40% da biodiversidade mundial. Os biomas da Amazônia, Cerrado, Patagônia e Pantanal destacam-se entre as grandes reservas de fauna e flora continentais.

Em relação aos hidrocarbonetos, a América do Sul concentra importantes reservas. O subcontinente possui relevância mundial em termo de reservas petrolíferas e gasíferas, concentradas especialmente na Venezuela e Bolívia. É importante apontar que com o desenvolvimento da exploração de petróleo em águas profundas, o Brasil passa a destacar-se como referência mundial, abrindo novos poços no Atlântico Sul, região conhecida estrategicamente como Amazônia Azul.

Em relação aos minérios, a região possui grandes reservas dos principais minerais. Na Tabela 2 buscou-se apontar de modo um pouco mais específico, o peso dos países sul-americanos em relação à reserva mundial dos principais minerais.

Em relação à pesca, a região não tem tanta relevância, sendo responsável por volta de 12% da produção mundial. Neste cenário, o Peru se destaca como segundo produtor mundial, muito favorecido pelas águas geladas da sua costa trazidas pela Corrente de *Humboldt*.

A Tabela 2 foi construída a partir da enorme variedade de minerais distribuídos por todo o mundo. A concentração da imensa diversidade pode ser notada na América do Sul apontando as reservas mundiais de alguns dos principais minerais na atualidade.

Um dos minerais de maior relevância nas telecomunicações é o Nióbio, e aproximadamente 95% das reservas mundiais estão concentradas na região amazônica

brasileira, motivo de muita preocupação entre as autoridades brasileiras, especialmente entre os militares.

Tabela 2 - Oferta sul-americana dos principais minerais em relação às reservas mundiais

	Alumínio (Produção – 2008)	Bauxita (Reservas –2008)	Cobre (Reserva s – 2008)	Estanho Reserva base - potencial)	Ouro (Reserva s –2008)	Lítio (Reserva s base - potencial)	Níquel (Reserva s –2008)	Prata (produção 2008)	Plomo (Reserva s –2008)	Níobil (Reserva s –2008)	Zinco (Reser as – 2008)
ARGENTINA											
BOLÍVIA						49%					
BRASIL	4,2%	7,0%		22,7%	10,6%	8,2%	6,4%			96%	
CHILE			2,9%		4,2%	27,2%		9,5%			
COLÔMBIA							2,0%				
EQUADOR											
GUIANA											
PARAGUAI											
PERÚ			1,1%	0,9%	2,98%			17,2%	4,4%		10%
SURINAME											
URUGUAI											
VENEZUELA	1,44%	1,18%					0,8%				

Fonte: Adaptado da Fonte: Mineral Commodity Summaries, 2009. Disponível em: <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/mcs/>

Outro mineral que chama a atenção para a sua concentração na região, e que é motivo de grande preocupação geoestratégica, é o Lítio, concentrado na Bolívia, que tem cerca de 49% de todas as reservas desta matéria-prima essencial para a produção de baterias.

Pode-se dizer que em geral são observadas importantes reservas de minerais em países como Brasil, Chile, Peru, Venezuela, Bolívia e Colômbia.

Finalmente, é importante ressaltar o potencial agrícola da América do Sul. Com terras férteis e desocupadas, a região é responsável por grande parte dos alimentos produzidos no mundo, especialmente a produção de grãos, como soja, trigo e milho, e ainda de frutas, laticínios e carne bovina. Na Tabela 3 sintetiza-se o potencial agrícola dos países da região através dos dados de qualidade do solo fornecidos pela FAO, em 2000.

Tabela 3 - Terras aptas para agricultura na América do Sul

	Terras Aráveis (Hectares)	Superfície com solo sem restrição geomorfológica** – 'apto' para agricultura – 1000 Km2***	Porcentagem de solos 'aptos' para agricultura****
ARGENTINA	27.900.000	922	33 %
BOLÍVIA	3.050.000	298	27 %
BRASIL	59.000.000	741	9 %
CHILE	1.982.000	135	18 %
COLÔMBIA	2.004.000	304	27 %
EQUADOR	1.348.000	105	37 %
GUIANA	480.000	36	17 %
PARAGUAI	3.040.000	115	28 %
PERÚ	3.700.000	186	15 %
SURINAME	58.000	32	20 %
URUGUAI	1.370.000	73	39 %
VENEZUELA	2.600.000	192	21 %

*Fonte: CIA, 2003 e 2005. Disponível em: www.nationmaster.com/country/region

**Fonte: FAO, 2000.

***É importante observar que o total das áreas sem restrições não consideram solos que possam ser trabalhados de maneira de torná-los férteis e sem problemas o falhas pedo-geomorfológicos.

****Fonte: FAO, 2000.

Devido a dificuldades na obtenção de dados necessários para a medição do total de superfícies adequadas para a agricultura, procurou-se trabalhar sobre esta questão a partir de dados fornecidos pela FAO que tratam dos solos sem restrições geomorfológicas. Estes dados, além de estarem desatualizados, possuem certas distorções em relação a metodologia utilizada, por exemplo, no caso do Brasil onde a expansão agropecuária desenvolveu-se consideravelmente nos últimos dez anos, expandiu-se em áreas com solos que tinham restrições e em áreas de proteção ambiental, especialmente na Amazônia.

Num esforço de espacializar os dados recolhidos, podemos observar e comparar o potencial e a concentração de recursos naturais estratégicos do continente a partir da Figura 1. Neste sentido, podemos dizer que a alta dotação de determinados recursos naturais desencadeia uma grande diversidade de conflitos, seja no âmbito doméstico, devido às fragilidades institucionais, seja em âmbito interestatal, pela discórdia entre limites fronteiriços, terrestres ou marítimos.

Com o objetivo de identificar os fatores que levam à securitização de certos recursos naturais em detrimento de outros, é interessante apontar o caso do conflito entre Chile vs Peru e Bolívia na Guerra do Pacífico. Nele, o principal recurso natural do Chile, o cobre, não foi motivo de disputa entre os Estados, e sim parte do território perdido por Peru e Bolívia. É importante refletir que no final do século XIX, a região disputada possuía grandes reservas de minerais, especialmente o Nitrato, portanto, apesar da concentração desse mineral não ser hoje a causa desse conflito não resolvido, pode-se dizer que o que

prevalece são cicatrizes históricas que levaram às questões como a mediterraneidade boliviana e a má demarcação da fronteira marítima entre Peru e Chile.

Figura 1 - Distribuição espacial de recursos naturais estratégicos na América do Sul



Portanto, ao pensar sobre a sistematização de ativos estratégicos comuns e o consequente esforço para formular uma agenda de defesa conjunta entre os países sul-americanos, torna-se essencial, avaliar a gênese dos conflitos interestatais latentes no subcontinente, especificamente aqueles que originalmente evoluíram em torno do domínio sobre determinados recursos naturais transfronteiriços.

A defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns: as posições políticas dos países sul-americanos

Desde a criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) na estrutura institucional da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, tornou-se crescente o debate sobre a securitização dos recursos naturais em âmbito regional, em função do interesse generalizado por parte dos países sobre a questão. É importante notar também que um dos objetivos da criação do CDS foi o de mediar conflitos entre os países andinos.

Numa breve análise dos diversos documentos e planos nacionais de defesa dos países sul-americanos, percebe-se que existem diferentes níveis de prioridade e posição interna adotadas por cada país em relação à defesa de seus territórios e recursos naturais.

Em relação às percepções unilaterais existentes ou dos dilemas contenciosos de segurança fronteiriça existentes na América do Sul, é possível tabular uma macrovisão sobre a problemática de securitização de ativos estratégicos comuns relacionados aos recursos naturais em função das concepções estratégicas presentes nos documentos oficiais de defesa.

A problemática da securitização dos recursos naturais na América do Sul pode ser entendida a partir do grau de envolvimento e de prioridade que os países da região estão dando à esfera da defesa, o nível de instabilidade interestatal no âmbito sul-americano e a posição de cada Estado em relação à defesa conjunta de ativos estratégicos comuns.

A securitização dos recursos naturais como ativos estratégicos na América do Sul não é um processo linear simples, uma vez que a análise dos principais documentos da defesa nacional dos países da América do Sul revela uma grande diversidade de pontos de vista, níveis de prioridades e estratégias defesas entre os países da região.

Embora haja uma convergência mínima dos discursos de defesa conjunta de ativos estratégicos comuns na América do Sul, nota-se uma clara securitização de recursos

naturais estratégicos com uma *conceituação socialista bolivariana* nos casos de Venezuela, Equador e Bolívia, ou mesmo em outros países não-alinhados, tais como Argentina, Brasil e Chile, ou até mesmo em países alinhados aos Estados Unidos, como Colômbia e Peru².

Ao observar a adesão das diferentes ideologias políticas à securitização dos recursos naturais, percebe-se claramente que é possível a construção de uma agenda que vise trabalhar a integração da América do Sul a partir da noção comum de ativos estratégicos comuns na agenda de construção da UNASUL.

Tabela 4 - Documentos oficiais de defesa e conceituações estratégicas dos países sul-americanos

	Principal Documento Oficial de Defesa e ano de última atualização*	Contempla hipótese de conflitos?	Faz referência direta à defesa dos recursos naturais estratégicos?
Argentina	Libro Blanco de Defensa – 1999 com revisão em 2001.	Não	Sim (capítulo V.3)
Bolívia	Libro Blanco de Defensa – 2004.	Sem Informação	Sem Informação
Brasil	Estrategia Nacional de Defensa – 2008**.	Sim, especialmente de um ator com capacidade militar muito maior.	Sim, especialmente à Região Amazônica (Ponto 10).
Chile	Libro de la Defensa Nacional – 2002.	Sim. (Parte I Capítulo II.4)***	Sim. (Parte IV Capítulo III . 1)*****
Colômbia	Política de Consolidación de la Seguridad Democrática – 2007.	Não****	Não
Equador	Libro Blanco de Defensa – 2006.	Sem Informação	Sim*****
Guiana	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Paraguai	Política de Defensa Nacional de la República del Paraguay – 1999.	Sem Informação	Sem Informação
Perú	Libro Blanco de la Defensa Nacional del Perú –2005.	Não****	Si (Parte 3 Capítulo 3)*****
Suriname	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Uruguai	La Defensa Nacional aportes para un debate 2005.	Não	Não
Venezuela	LOFAN (Ley de organizaciones de las Fuerzas Armadas Nacionales)	Sim	Não*****

*Fonte: Atlas comparativo de la Defensa en América Latina, Resdal, 2008. p. 58.

**É importante apontar que o Brasil debateu, ao longo do ano de 2011, a elaboração de seu Livro Branco de Defesa.

***O nome do sub-capítulo é exatamente Hipótesis de Conflicto.

****O sub-capítulo intitulado "Fronteras interiores críticas", faz referência direta à vulnerabilidade das regiões norte e sul em função da baixa densidade demográfica.

² No caso do Peru, pode-se esperar mudanças com Ollanta Humala no poder.

****A PCSD contempla uma atuação mais direta das Forças Armadas colombianas em assuntos referentes à segurança nacional, onde o Estado luta em contra dos grupos insurgentes (FARC e ELN)
 *****"El Ecuador cuenta con grandes recursos naturales y fuentes de agua dulce, cuya demanda en el mundo seguirá en ascenso..." (política de defensa, escenarios apud Elizondo).
 *****Contempla no capítulo 3 as ameaças externas que poderiam se gerar se se intentara aplicar na sub-região sul-americana doutrinas de segurança incompatíveis com a vigência do direito internacional.
 *****"(...)las amenazas externas que podrían surgir de crisis en función de escasez de RRNN de valor estratégico, tales como recursos vitales"
 *****O tema da defesa dos recursos naturais é muito comentado nos discursos do presidente Chávez.

Depois de uma breve tentativa de síntese analítica dos principais documentos da defesa nacional dos países sul-americanos, observa-se uma grande diversidade de opiniões, níveis de prioridades e estratégias de defesa entre os Estados da região:

Em Análise feita por Centeno de revistas especializadas de 10 países revela que, do total de artigos publicados ao longo de mais de um século, as matérias dedicadas à análise estratégica de possíveis conflitos bélicos regionais representam ínfima proporção. Na Argentina, por exemplo, dos 2500 artigos publicados da Revista del Circulo Militar, só dois tratam desse assunto, e no Chile apenas quatro de 2790 artigos. (MITRE, 2008, p. 23).

Por outro lado, quando se trata da defesa conjunta de ativos estratégicos comuns, notam-se pontos em comum entre as posições dos países, todos eles se põem "relativamente" de acordo, alguns de forma mais inclusiva, com base na "concepção bolivariana" (Venezuela, Equador e Bolívia); ou na busca da integração por via da liderança regional baseada não-intervenção e no desenvolvimento econômico (Brasil); outros com uma maior proximidade com os EUA desde uma perspectiva comercial (Peru) ou estratégico-militar (Colômbia); e outros através de uma busca de maior influência política entre todos os países da região (Chile). Esses atores têm uma política de Estado bastante consolidada e crescente em relação à defesa e segurança regional, e uma posição bem definida e um tanto fragmentada em relação à defesa conjunta dos recursos naturais.

Assim, pode-se dizer que, neste sentido, há um surgimento de um novo regionalismo na escala sul-americana, baseado no contexto de reordenamento estratégico. Percebe-se claramente que é possível construir uma agenda que procure nos pontos em comum trabalhar na integração, de forma que a defesa dos recursos naturais surge como eixo central na aproximação dos países da região: "*Es necesario un mecanismo regional de coordinación de políticas y medidas conjuntas para la protección de factores estratégicos comunes.*" (Garré , N. Hacia un Consejo de Defensa Sudamericano: La visión argentina.)

Um fator a levar em consideração é o anúncio do acordo entre a Colômbia e os EUA para construção de novas bases e o aumento da presença militar dos EUA no

território colombiano. Isso criou um grande descontentamento e inquietação por parte da maioria dos países da América do Sul e expôs a enorme fragilidade política da UNASUL.

A frase do presidente da Venezuela Hugo Chávez na reunião da Unasul, em 2009, em Quito, "*cumplo con mi obligación moral de alertar: vientos de guerra comienzan a soplar en la región*", mostrou que há ainda uma grande fragmentação político-estratégica entre os países da região, gerando um enorme desafio em relação à defesa conjunta dos recursos naturais. Desta forma, resta aos países sul-americanos seguir o alerta indicado pelo presidente do Brasil na mesma reunião, quando Lula declarou que "*Se não existe sinceridade e confiança, a Unasul será um clube de amigos rodeados de inimigos*", ainda que mantendo o "otimismo", buscando uma alternativa conjunta à segurança regional a partir da multiplicidade ideológica regional.

Referências

MITRE, A. ***Ligações Perigosas: Estado e guerra na América Latina***. Disponível em: www.plataformademocratica.org

STUART DE PIERI, V. ***Securitización de los recursos naturales vs. Conflitividad Interméstica: Los desafíos geopolíticos de la integración sudamericana***. Versão em espanhol de Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de pós-graduação em Relações Internacionais (Europa – América Latina) da Universidade de Bolonha – Itália, 2011.

Recebido em Abril de 2012.

Publicado em Julho de 2012.